



Daniel Bessa*



Competitividade e concorrência fiscal

Portugal tem um grave problema de competitividade, de que constitui expressão mais condensada um défice da balança de transacções correntes que, de forma estrutural, se aproxima dos 10 por cento do PIB. Quando assim é, parece difícil que o País não se preocupe com todos os factores de que pode depender a sua competitividade global, inclusive com a sua competitividade fiscal. É este o tema que a CTOC se propõe discutir a 15 e 16 de Setembro.

Assistimos, nos dias que estamos a viver, a mudanças de grande amplitude na economia mundial – e, com elas, a mudanças da mesma ordem de grandeza nas condições em que grande número de empresas realizam a sua actividade e desenvolvem os seus negócios.

Globalização é o termo que melhor sintetiza a maior destas transformações. Impulsionadas por alterações tecnológicas (desenvolvimento do sistema de transportes; generalização do uso das tecnologias da informação e da comunicação) e por alterações regulamentares (nomeadamente no que se refere aos regimes aduaneiros em que se processa a circulação de mercadorias e serviços), muitas empresas olham hoje para o espaço físico com graus de liberdade acrescidos, na hora em que lhes cabe tomar decisões no que concerne aos locais físicos de implantação das suas actividades e, por maioria de razão, às geografias em que se dispõem a procurar os seus clientes.

Como seria de esperar, esta alteração de condições envolve beneficiários e prejudica-

dos. Contam-se, entre os primeiros, as actividades e os factores de produção com maior mobilidade, em que se incluem o capital (em todas as suas formas), a função empresarial e os recursos humanos mais qualificados. Encontram-se na situação oposta os que, por uma razão ou outra, se deixaram “condenar ao território” onde sempre viveram e pretendem continuar a viver, a quem as oportunidades podem escassear, por vezes de forma dramática.

Esta crescente mobilidade de alguns factores de produção, e da actividade económica por eles levada a cabo, constitui também motivo de preocupação para os poderes públicos – por maioria de razão para os “Estados clássicos”, também eles “prisioneiros” do seu território.

Atrair actividade, por maioria de razão actividade qualificada, tornou-se uma preocupação primeira para os decisores políticos – sobretudo naqueles casos em que, por força das decisões espontâneas de milhares ou milhões de decisores privados, a actividade económica parece querer fugir do território em que superintendem.

É nesses momentos que, a muitos Estados, a muitos decisores políticos e a muitos analistas ou meros cidadãos preocupados com a actividade económica no seu país (que o mesmo é dizer, com o nível e a qualidade de emprego que aí pode criar-se, e com o nível e a sustentabilidade do rendimento que aí pode gerar-se) ocorre pensar em concorrência fiscal como factor de competitividade.

Não há, nestas matérias, verdades inquestionáveis, regras únicas, procedimentos irrecusáveis. A competitividade de um território, para esta ou para aquela actividade (é muito pouco provável que um território, qualquer que ele seja, possa revelar-se competitivo para todo e qualquer tipo de actividade), depende de uma constelação de factores. É bem possível que, em muitos casos, a questão da competitividade se mostre quase insensível a considerações de fiscalidade. É igualmente possível que, em muitas condições, a fiscalidade entre, de forma decisiva, nas contas que levam a optar por esta ou aquela localização de determinada actividade. Para as empresas, os impostos (todos os impostos, directos ou indirectos) são um custo – um custo tão importante como o podem ser o custo da mão-de-obra, o custo da energia, o custo das condições de circulação física das mercadorias, o custo ocasionado pelas normas de protecção ambiental e tantos outros. É normal, por isso, que entrem nas contas, podendo condicionar o resultado do processo de decisão.

Infelizmente, Portugal tem um grave problema de competitividade – de que constitui expressão mais condensada um défice da balança de transacções correntes que, de forma estrutural, se aproxima dos 10 por cento do PIB, já depois de contabilizadas as transferências públicas hoje incluídas na chamada “balança de capital”. Quando assim é, parece difícil que o País não se preocupe com todos os factores de que pode depender a sua competitividade global, inclusive com a sua competitividade fiscal.

É este o tema que a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas se propõe discutir e trazer para o debate público numa conferência

a realizar em Lisboa, na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, nos próximos dias 15 e 16 de Setembro, em colaboração com o Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito de Lisboa. A iniciativa coube ao Gabinete de Estudos, tendo sido imediatamente acolhida e acarinhada pela Direcção da CTOC.

Participarão nesta conferência alguns dos “fiscalistas” de maior renome, em Portugal. A perspectiva internacional será potenciada pela participação de três especialistas, vindos de outros tantos países: Ernst Bunders (representante do *International Bureau of Fiscal Documentation*, Holanda), Jacques Malherbe (professor da Universidade de Louvain, Bélgica) e Silvia Giannini (professora da Universidade de Bolonha, Itália). O interesse do Governo português na Conferência, e nos seus resultados, está assegurado pela presença do ministro da Economia e do ministro das Finanças, ou de seus representantes, respectivamente nas sessões de abertura e de encerramento.

Poderão dizer muitos Técnicos Oficiais de Contas que o seu dia-a-dia já tem preocupações suficientes para que se sintam dispensados de participar numa conferência sobre questões de competitividade e concorrência fiscal. Acreditamos, no entanto, que este entendimento, embora legítimo, não será o predominante: sem implicações necessárias no funcionamento imediato de muitas empresas, encontra-se em causa o futuro de longo prazo de muitas das empresas que operam em Portugal e, com elas, o futuro da nossa capacidade colectiva de criarmos emprego de qualidade e rendimento de forma sustentada. Quando mais não seja como cidadãos, empenhados na construção de um melhor futuro colectivo para o nosso País, acredito que muitos Técnicos Oficiais de Contas não deixarão de participar – ouvindo, e lendo, mas trazendo também o seu testemunho, as suas opiniões e as suas propostas.

Nos dias 15 e 16 de Setembro, na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, contamos consigo.★